

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CONSELHO SETORIAL DE GRADUAÇÃO
CONGRAD

CD — 01

PROPONENTE

UNIDADE: FACULDADE DE ENGENHARIA
DEPARTAMENTO: ARQUITETURA E URBANISMO

COLEGIADO DO CURSO DE: ARQUITETURA E URBANISMO

PROPOSTA DE:

1	X	Criação de disciplina
2		Exclusão de disciplina da grade curricular
3		Mudança de denominação de disciplina
4		Alteração do número de crédito da disciplina
5		Alteração de pré-requisitos
6		Outras: _____

NOME DA DISCIPLINA: Reforma Urbana no Brasil

CARÁTER DA DISCIPLINA: Obrigatório Opcional Eletivo

NÚMERO DE CRÉDITOS: 2

PRÉ-REQUISITO(S): --

EMENTA DA DISCIPLINA:

A constatação da recorrência de um modelo de ensino de Arquitetura e Urbanismo no Brasil limitado ao caráter analítico e racional dos problemas da cidade e a uma abordagem superficial e conservadora das contradições urbanas, coloca a necessidade de criar ferramentas para a subversão deste quadro. Uma abordagem sobre a questão urbana que desconsidera a existência de conflitos e que não busca compreendê-los como elemento necessário e inerente à dinâmica urbana não prepara o estudante para o enfrentamento dos modelos hegemônicos, bem como não o qualifica para lidar com as transformações sociais em questão.

Desta forma, propõe-se o estudo do conjunto de processos tido como Reforma Urbana no Brasil, tratando-se, principalmente das políticas, dos movimentos sociais e dos conflitos urbanos, tendo sempre em vista a função social da propriedade e o direito a cidade. Pretende-se compreender os processos supracitados em todas as escalas de cidade, gerando condições críticas para investigar seus desdobramentos tanto em metrópoles quanto em pequenas cidades, isto se faz necessário sobretudo considerando a inserção regional de Juiz de Fora.

Outros aspectos a serem abordados são os novos desafios e impactos de implementação de políticas nacionais relacionadas ao desenvolvimento urbano, neste rol estão a Lei 11.888 referente à Assistência Técnica, o Programa Minha Casa Minha Vida, o Programa de Aceleração do Crescimento, legislações e projetos destinados a grandes eventos como Copa do Mundo e Olimpíadas, e demais políticas, movimentos sociais e atualidades urbanas.

PROGRAMA DA DISCIPLINA:

A disciplina consiste em quatro seções: Trajetória do Movimento de Reforma Urbana no Brasil; Política Urbana no Brasil; Conceito de função social e direito a cidade; Projetos, experiências, remoções, resistências e instrumentos de democratização.

Trajetória do Movimento de Reforma Urbana no Brasil

Esta primeira seção envidará esforços em compreender a trajetória de luta pela reforma urbana no Brasil, iniciando por uma abordagem conceitual ampla sobre a dinâmica excludente das cidades, considerando, sobretudo a realidade das cidades situadas na periferia do capital. Na sequência será abordada a trajetória do movimento de Reforma Urbana no Brasil desde os anos 1960, com a demanda por reformas estruturais na questão fundiária. Serão abordados os movimentos sociais urbanos no Brasil e sua participação na construção do Movimento pela Reforma Urbana, percorrendo as discussões das Assembléias constituintes, a criação dos planos habitacionais (BNH, FNHIS), a criação do Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU) até a aprovação do Estatuto das Cidades(2001) e criação do Ministério das Cidades (2003).

Política Urbana no Brasil

A intenção desta seção é propor um estudo do planejamento territorial e setorial, articulado com as temáticas de habitação, saneamento básico e ambiental, mobilidade urbana, equipamentos e serviços públicos. O objetivo é fazer um diagnóstico acerca das políticas urbanas brasileiras, baseado em análise crítica das temáticas supracitadas. Deve-se atentar para o caráter desenvolvimentista de planos diretores e políticas setoriais em contraposição às demandas sociais vigentes.

Esta seção deverá estabelecer paralelos entre a política urbana em esfera nacional e a política urbana na município de Juiz de Fora, problematizando aspectos políticos, econômicos e sociais e buscando esboçar respostas às questões urbanas locais.

Função Social e Direito a Cidade

Tendo como base o Estatuto da Cidade, busca-se aqui conceituar e discutir as noções de Função Social e Direito a Cidade, estabelecendo leituras e proposições que propiciem o uso socialmente justo da terra urbana, bem como os meios de apropriação dos espaços de poder. Aqui deverá se discutir a produção do espaço urbano, com vistas a construção de alternativas ao modelo vigente. Sugere-se a análise de Planos Diretores e seus desdobramentos, considerando os limites sociais e políticos para aplicação do estatuto da cidade. Baseado nos princípios de função social da propriedade, serão estabelecidos paralelos entre o conteúdo normativo e a prática de gestão urbana.

Projetos, experiências, remoções, resistências e instrumentos de democratização.

Propõe-se um estudo de propostas comprometidas com a função social do solo e o desenvolvimento urbano e rural, com base nos princípios preconizados pelo Estatuto da Cidade. Assim deverão ser abordados os acontecimentos urbanos contemporâneos, propondo leituras críticas de projetos de renovação urbana buscando compreender o cerne da luta popular, analisar atores e discursos; e em paralelo serão abordados os temas e as pautas de reivindicações do principais fóruns relacionados à temática como o Fórum Mundial Urbano e o Fórum Nacional de Reforma Urbana. Não obstante, serão discutidas experiências de planejamento participativo e conflitual como método de planejamento urbano e seus desdobramentos. Deverá ser investigada ainda a aplicação de instrumentos urbanísticos e fiscais de controle de uso do solo, suas restrições e potencialidades em distintas realidades, com vistas ao cumprimento da função social da cidade. Como conclusão da disciplina se faz interessante a integração do estudos desenvolvidos com trabalhos práticos de Extensão Universitária, através de Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo (EMAU) por exemplo, bem como outros trabalhos e disciplinas que possibilitem interação com o tema. Desse modo, pretende-se articular as atividades acadêmicas com comunidades locais, vislumbrando maior potencialidade de desdobramentos práticos e de maior internalização dos conteúdos abordados no curso.

 GRADUAÇÃO PÓS-GRADUAÇÃO

(*) No caso de proposta de mudança de denominação e/ou alteração do número de créditos e/ou alteração de pré-requisitos da disciplina, indicar o nome, o nº de créditos, os pré-requisitos e os códigos originais da disciplina:

NOME:

CÓDIGO:

Nº CRÉDITOS:

PRÉ-REQUISITO(S):

Certifico que o Colegiado do Curso de ARQUITETURA E URBANISMO aprovou a proposta apresentada, em sua reunião de ____/____/____.

Em: ____/____/____

COORDENADOR DE CURSO

Ilmº Sr.

Chefe de Departamento de ARQUITETURA E URBANISMO

Para pronunciamento quanto ao proposto

Em ____/____/____

COORDENADOR DE CURSO (PROPONENTE)

Ilmº Sr.

Coordenador do Curso de Arquitetura e Urbanismo.

Certifico que o Departamento de _____ aprovou, em sua reunião de ____/____/____ a proposta apresentada.

Informo, também, que a disciplina em questão

Integra a grade curricular dos seguintes cursos _____

não integra a grade curricular de outro curso.

NO CASO DE CRIAÇÃO DE DISCIPLINAS:

ser necessária

não ser necessária

a nomeação/contratação de docentes para ministrá-la, bem como não caracterizar a criação da disciplina como duplicidade de meios e nem possuir outra com o mesmo programa/ementa

Em: ____/____/____

CHEFE DE DEPARTAMENTO

CASO A DISCIPLINA INTEGRE A GRADE CURRICULAR DE UM OU MAIS CURSOS, O PROPONENTE DEVERÁ ANEXAR DECLARAÇÃO DE CADA COLEGIADO DE CURSO DE QUE CONCORDA COM A PROPOSTA APRESENTADA.

Ilmº Sr.

Pró-Reitor de Graduação

Encaminhamos a presente proposta a V.Sª, para análise e posterior tramitação.

Em ____/____/____

PROPONENTE

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE: _____

OU COORDENADOR DO CURSO DE _____